

EMPRESAS E QUADRO POLÍTICO NACIONAL E INTERNACIONAL

Nós empresários temos plena consciência, por experiência própria, de que a dura realidade nos obriga muitas vezes a concentrar as energias na resposta aos desafios inadiáveis do dia: pagar salários e impostos, cumprir compromissos bancários, pagar a fornecedores, cobrar a clientes... Mas isso não nos deve impedir de pensar que é vital para as nossas empresas refletir também no médio e longo prazo.

O atual quadro económico e político, nacional e global, extremamente complexo e perigoso, obriga-nos, no entanto, a uma reflexão especial, pois os empresários não podem ser meros espectadores do que se passa à sua volta, limitando-se a esperar que tudo volte à normalidade.

É evidente que não devemos ignorar alguns aspetos positivos recentes da evolução da nossa economia, que tem recuperado nalguns setores, nomeadamente no Algarve, com o Turismo, e que projeta perspectivas animadoras para o ano em curso. É muito importante.

Mas ao mesmo tempo, e em primeiro lugar, em consequência das crises que têm abalado o mundo desde 2020 (pandemia, guerra na Ucrânia), temos de ter consciência de que está a emergir uma alteração do quadro político a nível global, que já conduziu a um novo confronto das principais alianças económicas e políticas mundiais (Estados Unidos da América e Europa, Rússia, China, Ásia Pacífico, África, Américas). Ninguém sabe como se vai estabilizar.

Atitude dos Empresários portugueses

Tendo em conta a nossa localização geopolítica, a dimensão da nossa economia e o atual quadro de parceiros institucionais que temos (EUA/NATO, União Europeia), temos de estar atentos e ter consciência das eventuais consequências da alteração do atual equilíbrio europeu e mundial. A evolução deste dado estrutural de fundo pode vir a condicionar o nosso futuro não só económico, como político a nível internacional. Tenham-se também presentes, já hoje, os sinais em vários países importantes de que somos aliados, para posições nacionais.

Quadro político nacional

É neste quadro que se insere a evolução da atuação político-partidária em Portugal - Governo, Partidos Políticos, apoiantes e opositores. E novos movimentos sociais corporativos.

Não basta termos melhores índices do que algumas médias europeias (inflação, dívida, deficit) e termos as contas públicas controladas.

O governo vê-se envolvido em constantes polémicas (TAP, Habitação, PRR), enfrenta grandes movimentos sociais (professores, saúde, função pública, transportes). Procedeu a várias substituições de membros. Fala-se em remodelação e na possível saída do próprio Primeiro-Ministro para um cargo europeu. É visível o desentendimento entre Primeiro-Ministro e Presidente da República. Num quadro que evidencia cada vez mais, que todos, partido de governo e partidos das oposições, estão a pensar nas candidaturas para as próximas eleições, sejam europeias ou outras.



Pergunta: e o País, a Economia, as Empresas e os Empresários?

Nós empresários, independentemente das nossas opções políticas, não podemos, pois, ser meros espetadores neste quadro incerto e perigoso.

Temos de estar atentos, seguir os acontecimentos, mobilizarmo-nos para atuar com sentido de responsabilidade junto do governo e de todos os partidos políticos para uma atuação responsável e coerente junto de todos os portugueses, numa perspetiva de interesse nacional.

Vítor Neto | Presidente da Direção do NERA

**FORMAÇÃO NÃO FINANCIADA
PARA EMPREGADOS E DESEMPREGADOS**



Reforce as suas Competências!

O NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve, com o objetivo de **melhorar a empregabilidade da população (empregados e desempregados)**, através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho, encontra-se a promover, para o mês de **julho**, em **formato ONLINE**, as seguintes ações de **formação profissional**:

Mês de julho:

- ✓ Contabilidade Geral (Nível I)
- ✓ Procedimentos e Requisitos de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

Poderá consultar o Plano de Formação e efetuar a sua inscrição nas várias Ações de Formação, acedendo à opção “Formação Profissional – Formação não Financiada”, em <https://www.nera.pt/formacao-profissional/formacao-nao-financiada> ou então poderá contactar o Gabinete de Formação do NERA através dos seguintes contactos:

Tel.: 289 415 151 (Chamada para a rede fixa Nacional)

E-mail: gfo@nera.pt



EMPREGO MAIS DIGITAL



O **NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve**, encontra-se a desenvolver o **Projeto Formação Emprego + Digital**, integrado no **Programa Emprego + Digital 2025**, financiado pelo **Programa de Recuperação e Resiliência (PRR)** e gerido pelo **IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional**.

Este Projeto visa a **formação** e **requalificação** na **área digital de trabalhadores de empresas** e de **entidades da economia social**, contribuindo para fomentar a respetiva transformação digital destas entidades empregadoras, bem como para a melhoria das competências e das qualificações individuais de cada um dos envolvidos nos projetos de formação profissional.

Porque acreditamos que a capacitação dos trabalhadores é um passo fundamental para que as empresas possam implementar novos modelos de negócio alicerçados no Digital, **encontramo-nos a promover**, no âmbito deste Projeto, um **Plano de Formação** que integra **35 ações** de formação **GRATUITAS**, de curta duração (25 e 50 horas), conforme segue abaixo:

- ✓ LinkedIn para Negócios
- ✓ Instagram para Negócios

As **ações de formação** que integram este Plano de Formação **são certificadas** com a emissão de **certificado** emitido através da **Plataforma SIGO** e serão desenvolvidas em formato misto (uma sessão de formação presencial e as restantes em formato online).



SIMPLIFICAÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE EMPRESAS PLATAFORMA EMPRESA ONLINE 2.0

O Ministério da Justiça lançou recentemente a **Plataforma Empresa Online 2.0**, que visa **reduzir a burocracia e simplificar o processo de criação de empresas**. Segundo o Governo, na nova plataforma serão **necessários 10 minutos para constituir uma sociedade**.

Trata-se de um projeto financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), enquadrado na componente destinada à Justiça Económica e Ambiente de Negócios, cujo objetivo é reforçar a competitividade da economia portuguesa.

Além das sociedades unipessoais por quotas e das sociedades por quotas, a plataforma permitirá também a criação de sociedades anónimas, uma possibilidade que estava suspensa desde 2017, e que está novamente disponível.

O serviço está operacional em <https://justica.gov.pt/empresa>, para qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, com acesso através de cartão de cidadão com assinatura digital ativada, e para profissionais habilitados, como advogados, notários e solicitadores.

A **Empresa Online 2.0**, que vem substituir a Empresa Online, criada em 2006, permite não só constituir uma nova empresa, mas também assinar digitalmente o pacto social e realizar o pagamento pela modalidade mais conveniente (incluindo MBWay).

Através da Empresa Online 2.0, o sócio-gerente indica quem são os outros sócios que, concordando com a participação na empresa, terão apenas de autorizar a utilização dos dados que surgirão pré-preenchidos, a partir das bases de dados disponíveis. Estão ainda ao dispor as ligações com a SIBS e os CTT e em desenvolvimento a interoperabilidade com outras entidades da administração pública, como a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

SEMANA DE 4 DIAS | 3.ª FASE DO PROJETO-PILOTO

Teve início no passado dia **5 de junho a 3.ª fase do projeto-piloto da semana de 4 dias de trabalho** em 39 empresas distribuídas por 10 distritos do país. Entre os participantes estão empresas do setor social, da indústria e do comércio. Dentro desta amostra, **12 empresas já implementaram a semana de 4 dias no final de 2022 e início de 2023**.

Modo de avaliação

A avaliação é realizada através de inquéritos (antes, durante e depois da experiência), que estão elaborados para serem comparáveis com as outras experiências internacionais, mas adaptados à realidade nacional. O inquérito inicial ocorreu em fevereiro passado, o final será em outubro de 2023 e o inquérito pós-piloto terá lugar em fevereiro de 2024.

Vantagens da semana de 4 dias para os trabalhadores

- redução das horas de trabalho semanais;
- aumento da produtividade e competitividade;
- promoção do bem-estar físico e mental (redução de stresse e casos de burnout);
- aumento da qualidade de vida.

Benefícios da semana de 4 dias para as empresas

- menos custos de recrutamento e formação dada a menor rotatividade de pessoal;
- menos custos com trabalhadores temporários devido à redução do absentismo;
- menos custos com matérias-primas por haver menos erros e produtos defeituosos;
- poupança de energia.

Implementação da experiência-piloto

O projeto piloto abriu candidaturas a todas as empresas do setor privado, com uma proposta de experiência de 6 meses, voluntária e reversível, sem contrapartida financeira. O Estado fornece apenas suporte técnico e administrativo para apoiar a transição.

Numa 2.ª fase, o projeto será estendido ao setor público. Por fim, serão criadas condições para testar um modelo em que um grupo de empresas adota a mudança para a semana de 4 dias e outro serve de controlo.

CERTIFICADOS DE AFORRO NOVA "SÉRIE F"

Vigora desde o passado dia 5 de junho uma **nova série de certificados de aforro**, designada **"série F"**, em substituição da **"série E"**, com um **prazo a 15 anos em vez dos anteriores 10 anos**.

A nova série vem acompanhada de um prémio de permanência que vai crescendo ao longo do período de subscrição, até um máximo de 1,75%, e que se soma à taxa base limite de 2,5% (em vez dos anteriores 3,5%).

Deste modo, o prémio de permanência começa em 0,25% entre o 2.º e o 5.º ano, subindo para 0,50% do 6.º ao 9.º ano e para 1% nos 10.º e 11.º anos. Já no 12.º e 13.º anos o prémio de permanência atinge 1,50%, até atingir o valor máximo (1,75%) nos 14.º e 15.º anos.

Cada pessoa singular só pode ser titular de uma conta aforro e a cada conta aforro está associado um IBAN.

O **máximo de certificados por conta aforro é de €50 000** (ao invés do limite anterior de €250 000).

É possível o resgate (total ou parcial) ao fim do primeiro trimestre após a subscrição.

NÚMERO DE DESEMPREGADOS INSCRITOS EM MAIO NO IEFP COM NÍVEIS HISTÓRICOS

O mês de **maio de 2023 apresenta o valor mais baixo** para este mês desde que existem dados do desemprego registado (1989).

No fim do mês de maio de 2023, estavam **registados**, nos Serviços de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, 285 855 indivíduos desempregados, número que **representa 63,0% de um total de 454 052 pedidos de emprego**. O total de desempregados registados no País **foi inferior ao verificado** no mesmo mês de 2022 (-10 539; -3,6%) e face ao mês anterior (-9 567; -3,2%). Para a diminuição do desemprego registado, face ao mês homólogo de 2022, na variação absoluta, contribuíram, com destaque, os grupos dos indivíduos que possuem idade igual ou superior a 25 anos (-10 898), os que procuram novo emprego (-9 519) e os inscritos há 12 meses ou mais (-31 784).

A nível regional, no mês de maio de 2023, com exceção do Alentejo (+2,8%) e do Centro (+1,0%), o desemprego diminuiu, em termos homólogos, com destaque para as regiões autónomas da Madeira (-28,4%) e

dos Açores (-12,8%) e do Algarve (-12,9%). Já em relação ao mês anterior, as regiões apresentaram decréscimos no desemprego, sendo a maior variação na região do Algarve (-15,9%).

Considerando os grupos profissionais dos desempregados registados no Continente, salientam-se os mais representativos, por ordem decrescente: "Trabalhadores não qualificados" (27,1%); "Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção segurança e vendedores" (20,1%); "Pessoal administrativo"(12,0%) e "Especialistas das atividades intelectuais e científicas"(10,2%) Relativamente ao mês homólogo de 2022 (excluindo os grupos com pouca representatividade, ou significado, no desemprego registado), quase todos os grupos apresentaram diminuições nas variações homólogas, destacando-se os "Especialistas das atividades intelectuais e científicas" (-5,2%), os "Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção segurança e vendedores" (-4,2%) e os "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices"(-3,4%). No que respeita à atividade económica de origem do desemprego, dos 245 940 desempregados que, no final do mês em análise, estavam inscritos como candidatos a novo emprego, nos Serviços de Emprego do Continente, 72,7% tinham trabalhado em atividades do sector dos "Serviços", com destaque para as "Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio" (que representam 32,5% do total); 20,1% eram provenientes do sector "Secundário", com particular relevo para a "Construção"(6,6%); ao sector "Agrícola" pertenciam 4,5% dos desempregados. O desemprego diminuiu, face ao mês homólogo de 2022, em todos os setores económicos: no "Agrícola" (-0,6%), no "Secundário"(-1,8%) e no "Terciário"(-2,4%). A desagregação por atividade económica permite observar que quase na sua totalidade das mesmas registaram descidas, em termos homólogos, sendo as variações mais significativas registadas, por ordem decrescente, as "Indústrias do papel, impressão e reprodução" (-11,5%), as "Outras atividades de serviços" (-10,0%), a "Eletricidade, gás e água, saneamento, resíduos e despoluição" (-9,8%) e as "Atividades financeiras e de seguros" (-9,3%). As ofertas de emprego por satisfazer, no final de maio de 2023, totalizavam 16 943, nos Serviços de Emprego de todo o País. Este número corresponde a uma diminuição anual (-4 948; -22,6%) e aumento face ao mês anterior (+1 475; +9,5%) das ofertas em ficheiro.

Ao longo deste mês de maio de 2023, inscreveram-se, nos Serviços de Emprego de todo o País, 42 485 desempregados. Este número é superior ao observado no mesmo mês de 2022 (+5 415; +14,6%) e também em relação ao mês anterior (+5 350; +14,4%). As ofertas de emprego recebidas ao longo deste mês totalizaram 12 760 em todo o País, número inferior ao do mês homólogo de 2022 (-2 467; -16,2%) e superior face ao mês anterior (+3 978; +45,3%). As atividades económicas com maior expressão nas ofertas de emprego recebidas ao longo deste mês (dados do Continente), por ordem decrescente, foram as seguintes: as "Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio" (20,6%), o "Alojamento, restauração e similares"(13,0%) e o "Comércio por grosso e a retalho"(12,3%). As colocações realizadas durante o mês de maio de 2023 totalizaram 8 432 em todo o País. Este número é inferior ao verificado em igual período de 2022 (-855; -9,2%) e superior ao mês anterior (+785; +10,3%). A análise das colocações efetuadas, por grupos de profissões (dados do Continente), mostra uma maior concentração nos "Trabalhadores não qualificados" (32,4%), nos "Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores" (20,0%), e no "Pessoal administrativo"(11,5%).

EURES TRANSFRONTEIRIÇO ANDALUZIA-ALGARVE – ENCONTRO TRANSFRONTEIRIÇO DE EMPRESÁRIOS(AS) NO GUADIANA

Realizou-se no passado dia 29 de maio, em Vila Real de Santo António, o Encontro Transfronteiriço de Empresários(as) no Guadiana, organizado pela ACRAL – Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve, iniciativa inserida no Projeto EURES Transfronteiriço Andaluzia – Algarve.

A parceria no âmbito do **EURES Transfronteiriço Andaluzia – Algarve (EURES T AA)** tem por objetivo **promover a mobilidade transfronteiriça, identificando, minimizando e eliminando os seus obstáculos e promover a cooperação laboral entre as regiões da Andaluzia e do Algarve.**

A sessão de **abertura** foi efetuada pelo **Presidente da ACRAL, Miguel Morgado Henriques**, dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos os participantes no evento.

Este encontro ajudou a **fomentar, promover e impulsionar o empreendedorismo transfronteiriço entre o Algarve e a Andaluzia**, para o que contaram as intervenções de oradores com elevada experiência em empreendedorismo e contratação transfronteiriça.

Para consolidar esses objetivos, foram convidados empresários representantes de vários setores de atividade económica do Algarve e da Andaluzia, o que permitiu uma troca de experiências que ajudará a consolidar o espírito do projeto EURES T AA, ou seja, apoiar empresas e pessoas que desejem aproveitar uma oportunidade de trabalho ou abrir um negócio em qualquer uma destas regiões.

No **encerramento** deste encontro, a **Delegada Regional do Algarve do IEFP, Madalena Feu** e o **Secretário Provincial do SAE Huelva**, fizeram uma síntese dos resultados deste dia de trabalho.

A Delegada Regional do Algarve reforçou a importância da união de todos os parceiros num trabalho conjunto, alinhado e em rede, por forma a garantir um maior sucesso na prossecução dos objetivos pretendidos, tendo aproveitado também para **abordar** os próximos desafios do projeto EURES Transfronteiriço Andaluzia – Algarve.

Este **Projeto é cofinanciado pela União Europeia** e atualmente é coordenado pelo Serviço de Emprego da Andaluzia (SAE) em colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (como copromotor) e os parceiros, que incluem o Serviço Público de Emprego Estatal (SEPE), as universidades de Huelva e do Algarve, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, a Diputación de Huelva, a Mancom Islantilla, a Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana "Odiana", a Associação Tertúlia Algarvia, a Eurocidade do Guadiana e as principais organizações empresariais e sindicais que operam no território fronteiriço (CEA, FOE, NERA, ACRAL, CCOO Andaluzia, UGT Andalucía, UGT Algarve, CGTP-IN Algarve).

NOVO CONSELHO DIRETIVO DO TURISMO DE PORTUGAL

Iniciou funções, no passado dia **05 de junho**, o **novo Conselho Diretivo do Turismo de Portugal**.

Carlos Abade assume funções como Presidente do Turismo de Portugal, sucedendo a Luís Araújo.

Além de Carlos Abade, integram, como **vogais do novo Conselho Diretivo**, **Lídia Monteiro**, até agora Diretora Coordenadora da Direção de Apoio à Venda do instituto, e **Catarina Paiva**, atualmente **Diretora do ISEG**

Executive Education. Teresa Monteiro mantém-se como Vice-Presidente do Turismo de Portugal. Os novos elementos são nomeados em substituição, até conclusão dos procedimentos concursais para o preenchimento dos respetivos cargos, que serão abertos e anunciados a breve trecho.

De acordo com a nota divulgada pelo Ministério da Economia e do Mar, estas nomeações refletem, por um lado, o reconhecimento do mérito de quadros do Turismo de Portugal, com provas dadas nos planos nacional e internacional e com um profundo conhecimento do setor, pela atribuição de novas e mais elevadas responsabilidades e, por outro, a integração de novas valências. Entende-se que se irá imprimir um novo impulso assente na continuidade, ao nível das políticas, da estratégia e da missão e valores do Turismo de Portugal.

.....

FUNDOS EUROPEUS GERIDOS NO ALGARVE JÁ PAGARAM 248 MILHÕES DE EUROS

Até ao **passado dia 31 de maio**, no total, os pagamentos efetuados no âmbito do **Programa Operacional do Algarve - CRESC ALGARVE 2020 ascenderam a 248 milhões de euros**, financiando investimentos no montante de 588 milhões de euros (custo total elegível), relativos a 1.521 candidaturas aprovadas.

Naquela data, os valores das **taxas de compromisso** e de **execução cifravam-se em 106% e 78%**, respetivamente.

.....

ANDRÉ GOMES ELEITO PRESIDENTE DA RTA

As **eleições para a Comissão Executiva** e para a **Mesa da Assembleia Geral da Região de Turismo do Algarve (RTA)** decorreram no passado dia **13 de junho**, na sede da entidade regional, em Faro, **resultando na eleição da única lista concorrente**, encabeçada por **André Gomes**, eleito para o **mandato de 2023-2028 com 24 votos a favor, 5 votos em branco e 2 votos nulos**.

O **Presidente da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), Hélder Martins**, foi **reeleito Presidente da Mesa da Assembleia Geral da RTA na mesma lista**, enquanto a **Presidente da Associação Portuguesa de Portos de Recreio (APPR), Isolete Correia**, foi **reeleita Secretária**.

Para o **novo mandato dos órgãos sociais da RTA foram igualmente eleitos, Fátima Catarina**, atual **Vice-presidente da Comissão Executiva**, e o **Diretor do Aeroporto de Faro, Alberto Mota Borges**, que integrará ainda o **Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, Vítor Guerreiro**, Membro cooptado como representante dos municípios, e o **Presidente da Algarve Golf – Associação Regional de Golfe do Sul, José Matias**, Membro cooptado como representante das entidades privadas com interesse no desenvolvimento e valorização turística que participam na RTA.

O **Presidente eleito da Comissão Executiva, André Gomes, 42 anos**, é o **atual diretor do Núcleo de Promoção, Animação e Informação Turística da RTA**, entidade onde **desempenha o cargo desde setembro de 2018. A tomada de posse ocorrerá a 01 de agosto**.

CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MARINHO DO RECIFE DO ALGARVE – PEDRA DO VALADO ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA

No passado dia **8 de junho**, data em que se **celebrou o Dia Mundial dos Oceanos**, o **Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC)** anunciou a **consulta pública da proposta de classificação do Recife do Algarve – Pedra do Valado como Parque Natural Marinho**, considerado um património natural nacional de características únicas.

Presente no processo desde a primeira hora, na sua qualidade de autoridade responsável pela Reserva Ecológica Nacional (REN) no território da Região, nomeadamente na sua vertente subaquática, a **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, I. P** apela à participação de todas as entidades no processo de discussão pública, a qual se estende por 30 dias úteis.

Nos termos do **Decreto-Lei n.º 36/2023 de 26 de maio**, que procedeu à **conversão das CCDR em institutos públicos**, integrando na sua missão as diversas políticas públicas que prosseguem estratégias de promoção do desenvolvimento integrado do território, a CCDR Algarve passa a acompanhar este processo de forma reforçada, garantindo a articulação dos serviços desconcentrados e das demais entidades envolvidas, no quadro da Estratégia de Desenvolvimento Regional.

Esta área marinha constitui uma das zonas mais ricas em termos de biodiversidade a nível nacional, sendo um dos maiores recifes rochosos costeiros de Portugal com valores naturais ímpares, conforme foi evidenciado no artigo **“Recife Pedra do Valado, um tesouro submarino no Algarve”** (publicado na National Geographic Portugal), desenvolvendo-se naquele espaço atividades de pesca comercial e lúdica e atividades marítimo-turísticas com importância económica e social ao nível das comunidades locais, as quais foram envolvidas no processo preparatório da classificação, liderado pelo **Centro de Ciências do Mar (CCMAR) da Universidade do Algarve**, na sequência dos estudos efetuados entre 2003 e 2017.

Com a classificação do Parque Natural Marinho do Recife do Algarve – Pedra do Valado, cumpre-se o previsto na Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030, que prevê a classificação de, pelo menos, 30% do espaço marítimo sob jurisdição nacional até 2030, estando esta proposta igualmente alinhada com os compromissos assumidos na Conferência das Nações Unidas dos Oceanos de 2022 e na 15.ª Conferência das Partes (COP) das Nações Unidas, no âmbito da Convenção para a Diversidade Biológica de final de 2022, e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, previstos na Agenda 2030 das Nações Unidas, nomeadamente o Objetivo 14: Proteger a Vida Marinha.

Assinala-se que as **áreas marinhas e costeiras protegidas representam apenas 8,9% da área total sob jurisdição nacional**, tendo sido a última classificada em 1998.

O Governo anunciou que, pela primeira vez, os pescadores afetados pela área de não pesca receberão uma compensação temporária, conforme estudo em elaboração pelo **CCMAR**.

Durante o período de discussão pública, os documentos que compõem o processo referente à proposta de classificação podem ser consultados a partir dos portais do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e do ConsultaLEX, no qual os interessados poderão apresentar as suas observações e sugestões.

A consulta presencial dos documentos disponibilizados poderá ser feita no horário normal de expediente nos serviços centrais do ICNF, na Avenida da República, N.º 16, em Lisboa, e na Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve, sita no Centro de Educação Ambiental de Marim, Quelfes, Olhão.

ALUGUER DE ESPAÇOS:

Localizadas em plena Área Empresarial de Loulé, as instalações do NERA há muito que são um ponto de encontro dos empresários do Algarve.

Dotadas de bons acessos rodoviários (A22 e EN125) e com estacionamento próprio, as instalações do NERA posicionam-se atualmente como um local de eleição para a realização de vários eventos tais como:

- Reuniões de Empresas;
- Seminários e Congressos;
- Lançamento de Produtos;
- Ações de Formação;
- Recrutamento e Seleção de Colaboradores.

Atualmente possuímos rede wireless e salas devidamente equipadas, em função dos eventos a realizar, bem como serviço de "catering". Ao todo, dispomos de 6 salas adequadas ao desenvolvimento de ações de formação ou de reuniões de trabalho, com capacidade entre as 16 e as 30 pessoas sentadas, sendo que duas das mesmas estão equipadas com computadores e vocacionadas para o desenvolvimento de ações de formação de informática.

Para além destas salas dispomos também de um auditório indicado para a realização de Seminários, Conferências, Sessões de Informação, Workshops, Fóruns, Tertúlias, com uma capacidade máxima de 140 pessoas sentadas, bem como de uma sala polivalente contígua.

Complementarmente, dispomos ainda de um gabinete para pequenas reuniões ou entrevistas com apenas 10 lugares.

Também disponibilizamos serviços de domiciliação de correspondência.

Para mais informações entre em contacto connosco:

URL: www.nera.pt/aluguer-de-espacos

Telefone: 289 41 51 51 (Chamada para a rede fixa nacional)

Telemóvel: 96 581 76 08 (Chamada para rede móvel nacional)

E-mail: nera@nera.pt

